

RECURSO ESPECIAL Nº 1.810.612 - RJ (2019/0114414-0)

RECORRENTE : KELYSON QUINTANILHA DE SOUZA
RECORRENTE : MARCIO RODRIGUES DE LIMA
RECORRENTE : MILIANDRO MORAES DE MIRANDA
RECORRENTE : PEDRO PAULO NASCIMENTO DE SATURNO
RECORRENTE : RENAN PEIXOTO DE ALMEIDA
RECORRENTE : RUBEM VINHOSA RODRIGUES
RECORRENTE : SERGIO DE SOUZA NASCIMENTO
RECORRENTE : SERGIO QUARESMA DE SOUZA
RECORRENTE : THIAGO LOPES DOS REIS
RECORRENTE : THIAGO SILVA DOS SANTOS
RECORRENTE : VAGNER FERREIRA DOS SANTOS
RECORRENTE : VINICIUS TELLES FIGUEIREDO
RECORRENTE : SERGIO QUARESMA DE SOUZA
ADVOGADOS : BEATRIZ VERÍSSIMO DE SENA E OUTRO(S) - DF015777
FELIPE DE SANTA CRUZ OLIVEIRA SCALETSKY -
RJ095573
CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO - RJ096073
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
PROCURADOR : VITOR PENNO REIS E OUTRO(S) - RJ120280

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por KELYSON QUINTANILHA DE SOUZA com fundamento no art. 105, III, *a*, *c*, da Constituição Federal.

Na origem, Kelyson Quintanilha de Souza e Outros ajuizaram ação sob o rito ordinário, com valor da causa atribuído em R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), em julho de 2013, tendo como objetivo a cassação do Decreto Municipal n. 762/2013 e restabelecendo a validade do VI Concurso Público de Rio das Ostras, no que concerne à seleção para o cargo de Guarda Municipal.

Após sentença que julgou improcedente, foi interposta apelação, que teve seu provimento negado, pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, o referido acórdão foi assim ementado, *in verbis* (fl 947):

APELAÇÃO CÍVEL – DIREITO ADMINISTRATIVO -
CONCURSO PÚBLICO ANULADO EM RAZÃO DE
IRREGULARIDADES E FRAUDES – MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
– AUTORES APROVADOS DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS -
PRETENSÃO DE CASSAÇÃO DE DECRETO MUNICIPAL QUE
ANULOU O CERTAME - LIMITE DE ATUAÇÃO DO PODER
JUDICIÁRIO – MÉRITO ADMINISTRATIVO – ALEGAÇÃO DE
VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO

CONTRADITÓRIO – INOCORRÊNCIA – AUSÊNCIA DE DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO – DANO MORAL E MATERIAL INEXISTENTES – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA QUE SE MANTÉM. Os demandantes ajuizaram ação ordinária em face do Município de Rio das Ostras, visando a anulação de decreto municipal que invalidou o VI Concurso Público do aludido município, em razão da apuração de fraudes e irregularidades no mesmo, com Termo de Ajustamento de Conduta firmado juntamente com o Ministério Público. Possibilidade de a administração pública rever seus atos, em observância ao princípio da autotutela.

Efeitos dessa anulação que serão ex tunc, em virtude dos vícios que tornaram ilegal o ato administrativo. Ausência do alegado direito subjetivo à nomeação postulado pelos apelantes. Inexistência de qualquer violação aos princípios da ampla defesa e do contraditório, tendo em vista que os recorrentes sequer foram nomeados ou empossados. Não ocorrência de conduta ou ato ilícito praticado pela municipalidade, a ensejar o dever de indenizar. Negado provimento ao recurso.

Os embargos de declaração interpostos foram rejeitados (fls. 974-982).

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, KELYSON QUINTANILHA DE SOUZA e OUTROS interpuseram o presente recurso especial, apontando violação do art. 489, §1, I, II, III, IV, VI, art. 1022, II, do NCPC, art. 1, III, art. 5, §2, da Constituição Federal, art. 2, da Lei n. 9748/1999 e dissídio jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, que *o v. acórdão omitiu-se acerca de pontos de fulcral relevância para a resolução da lide, quais sejam: (i) a tese acerca da violação dos princípios da boa-fé e da proporcionalidade; (ii) a aplicação do Tema nº 138 do STF, tendo em vista o entendimento firmado a partir do julgamento do RE nº 594296 e corroborado pelo e. STJ; e (iii) a análise expressa de dispositivos legais e constitucionais invocados na apelação (art. 50, §1, da Lei nº 9.784/99; art. 2º, caput e incisos VIII e X, da Lei nº 9.784/99; art. 421 e art. 422 da Lei nº 10.406/2002)* (fl. 1034).

Quanto ao mérito, aduz o seguinte (fls. 1035-1037):

(...)

Os v. acórdãos ora recorridos, data maxima venia, incorreram em negativa de prestação jurisdicional caracterizada pela recusa do e. TJRJ, mesmo após opostos embargos declaratórios, em analisar a tese e os dispositivos legais sustentados pelos Autores em sua apelação. Com isso, ofendeu-se os arts. 489, § 1º, incisos I, IV, e V, e art. 1.022, II, do CPC/2015.

(...)

No caso concreto, nenhuma fraude foi atribuída ao processo de seleção dos cargos disputados pelos Autores. Não há imputação, portanto, de ilegalidades graves aos certames dos Autores, conforme se confere do próprio TAC em que se baseou o decreto de anulação do concurso. Por isso, os Recorrentes argumentaram em sua apelação que os princípios da proporcionalidade e da legalidade que permitem seja preservadas as provas

que não foram maculadas por ilegalidade, conforme se depreende dos arts. 1º, III, e art. 5º, § 2º, da CF, além do art. 2º da Lei nº 9.784/1999', no caso concreto expresso também pelos arts. 5º LIV, 37, I e II, da CF/88.

(...)

O v. acórdão recorrido deixou de se manifestar quanto ao princípio da proporcionalidade, extraído dos arts. 1º, III e art. 5º, § 2º, da CF, além do art. 2º da Lei nº 9.784/19992, no caso concreto expresso também pelos arts. 5º LIV, 37, I e II, da CF/88.

(...)

As omissões assumem especial relevância diante da impossibilidade de revolvimento de provas em sede de recurso especial. Assim, fazia-se indispensável a análise do princípio da proporcionalidade, haja vista que nem o TAC celebrado com o Ministério Público, nem o decreto de anulação do concurso, apontam fraude ou citam qualquer irregularidade especificamente sobre o processo seletivo dos cargos para os quais os Autores foram aprovados e classificados.

(...)

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido (fls. 1090-1124)

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do recurso especial, nos termos do parecer de fls. 1040-1348, que guarda a seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. ANULAÇÃO. IRREGULARIDADES APURADAS PELO MP/RJ. HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL IRREGULAR. ANULAÇÃO PRECEDIDA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. RESGUARDADO O DIREITO AO CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA DOS CANDIDATOS APROVADOS. CONTEXTO FÁTICO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO PREJUDICADO.

- Parecer pelo não conhecimento do recurso especial.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Na hipótese dos autos verifica-se a inexistência da mácula apontada, tendo em vista que da análise do referido questionamento em confronto com o acórdão hostilizado não se cogita da ocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou mesmo erro material, mas mera tentativa de reiterar fundamento jurídico já exposto pelo recorrente e devidamente afastado pelo julgador.

Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 1486330/PR, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 24/2/2015; AgRg no AREsp 694.344/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 2/6/2015; EDcl no AgRg nos EAREsp 436.467/SP, Rel. Ministro João Otávio De Noronha, CORTE ESPECIAL, DJe 27/5/2015.

Dessarte, como se observa de forma clara, não se trata de omissão, mas sim de inconformismo direto com o resultado do acórdão, que foi contrário aos interesses da parte recorrente.

Ressalte-se que a mera insatisfação com o conteúdo da decisão embargada não enseja embargos de declaração. Esse não é o objetivo dos aclaratórios, recurso que se presta tão somente a sanar contradições ou omissões decorrentes da ausência de análise dos temas que lhe forem trazidos à tutela jurisdicional, no momento processual oportuno, conforme o art. 535 do CPC/73.

No mérito, o Tribunal *a quo*, soberano na análise do conjunto fático-probatório, decidiu a demanda nos seguintes termos (fls. 958-210):

(...)

Consigne-se ainda, que não há falar em preterição na hipótese, em razão da alegada contratação de terceirizados pela municipalidade, pois, embora os apelantes tenham sido aprovados dentro do número de vagas oferecidas relativas ao cargo para o qual prestaram o certame, houve a anulação do certame.

Neste contexto também inexistente qualquer violação aos princípios da ampla defesa e do contraditório, tendo em vista que os recorrentes sequer foram empossados no referido cargo de enfermeiro.

(...)

Também não merece prosperar, a alegação dos apelantes, de que as irregularidades apontadas pelo MP não se referem ao cargo de enfermeiro, mas para diversos outros cargos, que foram regidos por um único edital, e assim não devem afetar os aprovados no referido cargo.

Da análise dos autos, verifica-se que as irregularidades e fraudes suscitadas não dizem respeito somente as questões das provas, mas também em vícios na contratação da fundação organizadora do certame, comprometendo assim, a lisura, a transparência e a confiabilidade de todo o processo seletivo.

(...)

Destarte, depreende-se das razões recursais que os apelantes não trouxeram elementos suficientes para infirmar a sentença hostilizada, que, de fato, deu a solução que melhor espelha a orientação jurisprudencial deste Tribunal de Justiça sobre a matéria.

(...)

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos

elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Quanto à alegada divergência jurisprudencial, verifico que a incidência do óbice sumular n. 7/STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados.

Nesse sentido, destaco:

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. HEPATITE C. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal a quo, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos, entendeu que não há nexo causal entre a conduta dos agentes públicos e os danos sofridos pelos ora agravantes, e que estes não trouxeram provas para corroborar o que alegou.

2. Não é cabível em Recurso Especial o exame de questões que demandam o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, em vista do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. A incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.612.647/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 7/3/2017.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO RESCISÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. A reforma do acórdão recorrido, no sentido de se entender pela falsidade da prova pericial, da existência de documento novo e da ocorrência de erro de fato, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, prática vedada pela Súmula 7/STJ.

2. A incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 638.513/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 9/3/2017, DJe 15/3/2017.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II do RISTJ, conheço em parte do recurso especial e, na parte conhecida, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Relator